

# DIREITO À INFÂNCIA NO MUSEU DOS BRINQUEDOS: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

## **PALOMA NUNES DOS SANTOS**

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco  
- UFPE, paloma.n santos@ufpe.br;

## **MARIA VITÓRIA COSTA MAGALHÃES**

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco  
- UFPE, vitoria.magalhaes@ufpe.br;

## **JÚLIA EMILLY ALVES DA SILVA**

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco  
- UFPE, julia.emillys@ufpe.br;

## **VIVIANE DE BONA**

Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco  
- UFPE, viviane.bona@ufpe.br;

## RESUMO

Os protocolos de segurança sanitária impostos pela pandemia de COVID-19 impactaram profundamente as interações sociais e, consequentemente, o campo da Educação. Os desdobramentos de tal situação foram especialmente desafiadores para as iniciativas de educação não formal, suscitando questionamentos acerca da manutenção destas práticas. Diante disso, a presente pesquisa buscou compreender de que forma o Museu dos Brinquedos tem administrado as limitações do contexto pandêmico; elucidando, por meio de uma abordagem qualitativa de dados coletados a partir de observação, entrevista e análise documental, as concepções de infância que orientam as atividades da instituição e em que medida estas têm garantido e promovido o direito à infância.

**Palavras-chave:** Direito à infância; Educação não formal; COVID-19; Museu dos Brinquedos.

## INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 e as medidas restritivas dela decorrentes modificaram profundamente os modos e as possibilidades de interação social. O campo da Educação tem sido um dos mais impactados por tal situação, em que a reunião e aproximação física dos indivíduos representa sérios riscos à saúde. Num contexto em que mesmo a educação formal, garantida por instituições públicas e privadas, depara-se com dificuldades que parecem intransponíveis, há que se questionar a respeito dos modos por meio dos quais a educação não formal tem administrado os limites impostos pelo cenário pandêmico.

Surgem, então, questionamentos acerca de como as iniciativas comprometidas com o desenvolvimento de ações pedagógicas no bojo daquilo que se concebe como educação não formal, isto é, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas etc., têm atuado face à crise sanitária? Ou, ainda: os espaços formativos não escolares puderam manter suas atividades, mesmo que reformuladas?

Estas são questões primordiais na consideração de quaisquer práticas de educação não formal desenvolvidas nas atuais circunstâncias, incluídas também aquelas que, realizadas em espaços atravessados por alto grau de institucionalidade, parecem ter sua manutenção assegurada.

Atentando a tais demandas, a pesquisa cujos resultados aqui se apresentam propôs-se a investigar as possíveis relações entre educação não formal e direito à infância. Para tanto, elegeu-se o Museu dos Brinquedos (Belo Horizonte, MG) como espaço em que se verificam processos formativos não escolares, buscando compreender como suas ações têm promovido um tal direito em meio à pandemia de COVID-19.

A fim de elucidar o problema posto, tivemos como objetivo compreender que concepções de infância orientam as atividades do Museu dos Brinquedos e de que modo estas atividades concorrem para a promoção do direito à infância.

A relevância de uma investigação com tal objetivo reside, parece-nos, em demonstrar a importância da educação não formal para a garantia e promoção do direito à infância, destacando as ferramentas que têm sido empregadas para superação dos obstáculos impostos pelo contexto pandêmico.

O presente artigo organiza-se em duas partes: na primeira, apresentamos a fundamentação teórica e a metodologia que orientaram nosso

trabalho, bem como a instituição que constituiu o campo empírico da pesquisa; na segunda, os resultados obtidos são descritos e discutidos à luz das noções mobilizadas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### INFÂNCIA: UMA QUESTÃO DE DIREITO

Antes que se faça qualquer tentativa de definição do que seja o direito à infância, cumpre compreender o que é a infância em si mesma. Ao contrário do que se assume correntemente, a infância não é uma categoria natural dada, mas sim um construto histórico, social e cultural. Não obstante a dependência e a fragilidade física típicas dos primeiros anos de vida de qualquer ser humano, esta fase do desenvolvimento nem sempre foi concebida como um período atravessado por especificidades que devem ser salvaguardadas. A distinção que hoje se faz entre crianças e adultos, além de condicionada por aspectos históricos, sociais e culturais, é também muito recente. “A ideia de infância, no sentido de diferenciação do adulto, é uma construção da modernidade, começando a surgir nos finais do século XVII, nas camadas superiores da sociedade, e se sedimentando no século XVIII” (CORSINO, 2008, p. 14).

Nos séculos que antecederam a delimitação da infância como um período singular do desenvolvimento, “a vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados” (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 6). Tão logo a criança tornava-se mais autônoma em relação à mãe, era incorporada à sociedade dos adultos, compartilhando de seus espaços, situações e atividades, isto é, aprendendo por meio do contato direto com os mais velhos.

Há que se ter presente que durante a Idade Média a escolarização não era pensada especificamente para as crianças. De acordo com o historiador Philippe Ariès, somente a partir de mudanças como a ascensão da burguesia, a difusão do texto impresso e o crescente interesse pela alfabetização e moralização, a criança será “separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças” (ARIÈS, 1986, p. 11). A importância atribuída à educação conferirá à criança expressiva centralidade no núcleo familiar, do que decorre a lógica de proteção-repressão a

que será submetida. Proteção de seu corpo, de sua ingenuidade e inocência. Repressão de seu corpo, de sua amoralidade e incompletude.

Tributária de inúmeras transformações ao longo da história, na atualidade a infância pode ser compreendida como

categoria social do tipo geracional, universal e permanente, ainda que marcada pela desigualdade social e pela diversidade, através da interceção [sic] com outras categorias sociais, designadamente classe, gênero, etnia, escolaridade, espaço geográfico, credo religioso, orientação sexual. (SARMENTO; TOMÁS, 2020, p. 17)

Categoria cuja garantia e proteção estão previstas em inúmeros instrumentos legais, dentre os quais citam-se a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (UNICEF, 2019), em âmbito internacional, e o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990), em âmbito nacional.

A *Convenção sobre os Direitos da Criança*, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, estabelece os direitos fundamentais da criança e os deveres dos Estados Partes face a esta população. Para os fins de nossa pesquisa, interessa sobretudo o Artigo 31º deste documento:

Artigo 31.º:

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.
2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade. (UNICEF, 2019, p. 25-26)

Na legislação brasileira, nomeadamente no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, promulgado por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, interessa-nos o inciso IV de seu Artigo 16, cujo *caput* estabelece que “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] IV - brincar, praticar esportes e divertir-se” (BRASIL, 2019, p. 21).

Os textos legais aqui destacados aproximam-se pela menção que fazem ao divertimento, ao lazer e às atividades recreativas, com especial destaque ao brincar. A consideração de tais direitos e de sua importância

para a garantia e proteção da infância, posto que “o direito de brincar é o elo que liga todos os outros direitos” (CORSINO, 2008, p. 13), será substancial à análise e compreensão das atividades desenvolvidas pelo Museu dos Brinquedos.

## EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PROCESSOS FORMATIVOS NÃO ESCOLARES: O MUSEU COMO ESPAÇO EDUCATIVO

No contexto brasileiro, ao longo da década de 1980, a educação não formal foi considerada uma prática secundária e de pouca relevância, posto que desenvolvia-se mais expressivamente nas áreas rurais e espaços comunitários. Ademais, era compreendida como uma prática divergente da educação formal, dado privilegiar os contextos extra escolares. Nos anos 1990, no entanto, tal perspectiva alterou-se, de modo que a educação não formal se fortaleceu, destacando-se por oportunizar o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades, da cultura, das potencialidades e da consciência política dos sujeitos, contribuindo largamente para a consolidação da cidadania, sobretudo no período mais imediato ao fim da Ditadura Militar (UNIVESP TV, 2021).

Apesar de tais avanços, não raro a educação não formal é, ainda hoje, concebida como uma forma de educação oposta àquela a que se chama formal, isto é, a educação escolar. Longe de respaldar concepções tão binárias, essas modalidades de educação complementam-se, enriquecendo-se mutuamente. Gadotti (2005, p. 2, grifos do autor) apresenta uma distinção positiva entre ambas:

A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial [sic] e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

A educação não formal se realiza por meio da participação em movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), partidos

políticos, manifestações, templos religiosos, entre outros. Podemos compreender mais acuradamente seus propósitos a partir das contribuições de Gohn (2009, p. 31):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...].

Assim, torna-se evidente a importância da educação não formal e sua complementaridade em relação aos processos formais de educação, pois suas ações propõem-se a potencializar a aprendizagem acadêmica, bem como dotar os sujeitos da consciência política e olhar crítico necessários à transformação social.

Em se tratando de educação não formal, cabe destacar a atuação do educador social, agente de suma importância para as práticas que se desenham nos domínios dessa modalidade educativa. É o educador social quem provoca a participação e interação dos sujeitos nos espaços não escolares, propondo atividades e diálogos atravessados por temáticas do cotidiano (GOHN, 2009). Essa interação é fundamental, pois a partir dela o educador social pode sondar as problemáticas de seu entorno e promover a construção coletiva de soluções favoráveis à mudança.

Espaços de contato com a cultura por excelência, os museus não se furtam à promoção de ações educativas, sendo locais privilegiados da educação não formal. Segundo Silva (1999, apud PACHECO, 2012, p. 65)

Os museus sempre carregaram a intenção de educar. Seja no sentido estrito de transmitir informações, próprio das concepções tradicionais de educação, seja no sentido amplo de construir identidades, visão de educação defendida pelos educadores críticos e pós-críticos.

Além do contato e apropriação da cultura comum e coletiva, os museus oportunizam também processos de (re)construção de identidades individuais por meio do (re)conhecimento de raízes históricas que

perpassam o sujeito e suas experiências. Assim, no espaço do museu que empreende ações formativas diferentes tempos se interpenetram mutuamente. As exposições, por exemplo, propõem ricas oportunidades de aprendizagem mediante obras e artefatos, estimulando as capacidades criativa e compreensiva do público visitante:

[...] existe uma relação de trânsito entre o estudante e a exposição, sendo ela uma experiência educativa que, deslocada do espaço-tempo da escola, só pode ser consumida se fizer relação com o que o aluno conhece, mas de modo algum significa aceitar o que é mostrado sem criticidade. A exposição precisa fazer sentido, ter significado, ter linguagem que permita ser reconhecida e interpretada. (CAGLIARI; ZUCOLOTTO, 2019, p. 52-53)

Numa tal perspectiva, as experiências proporcionadas pelo museu contribuem para o desenvolvimento pessoal do sujeito e para a noção de pertencimento, promovendo a reflexão, o senso crítico, o respeito e valorização da memória e o diálogo com diferentes realidades históricas, sociais e culturais.

Deve-se ressaltar, ainda, o papel dos museus enquanto espaços educativos que rompem com a elitização perpetrada pelos meios hegemônicos de propagação cultural, enfatizando seu compromisso social com a emancipação dos sujeitos. Segundo Cury (2013, p. 14), “[...] devemos entender que museus são produtos culturais, o que os distancia de qualquer ideal universalista ou de neutralidade”, aspecto que os faz partilhar com a instituição escolar o propósito de formar cidadãos críticos e livres.

Assim considerados, os espaços museológicos são potentes vetores de democratização social e cultural, pois abrangem as mais diversas concepções de mundo, apresentando e inserindo-as, por meio de suas ações, nas experiências dos sujeitos que os visitam.

### 3. METODOLOGIA

#### MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A pesquisa que aqui se apresenta caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, posto ser este o modo de condução mais adequado a uma investigação que procura compreender fenômenos tão intrinsecamente



atravessados pela dimensão subjetiva de seus atores (BOGDAN; BIKLEN, 1994), como o são as atividades realizadas pelo Museu dos Brinquedos.

Quanto aos procedimentos, destacamos que os instrumentos utilizados foram a observação de atividade realizada pelo Museu dos Brinquedos sincronicamente; entrevista guiada com sua equipe; e consulta aos materiais disponíveis na página virtual da instituição, com especial destaque a seu Programa de Ação Educativa. A este respeito cabe enfatizar que tanto a observação quanto a entrevista foram realizadas por meio de serviços de conferência *online* (Zoom e Google Meet).

Os dados assim obtidos foram analisados à luz dos conceitos que constituem o referencial teórico mobilizado, buscando elucidar de que forma e em que medida o direito à infância tem sido promovido por meio das atividades desenvolvidas pelo Museu dos Brinquedos.

### CAMPO EMPÍRICO

O Museu dos Brinquedos é uma instituição privada, de caráter familiar, em funcionamento desde 2006 numa casa tombada pelo patrimônio histórico de Belo Horizonte à Avenida Afonso Pena, uma das principais vias da capital mineira. Seu acervo de cinco mil brinquedos, o maior deste tipo na América Latina, foi reunido por Luiza de Azevedo Meyer (1912-2000), Vovó Luiza, eternizada em forma de boneca que oferece as boas-vindas aos visitantes do espaço.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conduzimos a apresentação e discussão dos resultados obtidos de forma sequencial: em primeiro lugar, tratamos do *Encontro Brincante* observado; a seguir, destacamos os pontos mais relevantes da entrevista com a equipe do Museu dos Brinquedos; e, por fim, contemplamos o Programa de Ação Educativa da instituição com vistas à compreensão de seus princípios fundamentais.

### ENCONTRO BRINCANTE: O MUSEU DOS BRINQUEDOS EM AÇÃO REMOTA

O *Encontro Brincante* que pudemos acompanhar foi realizado em 23 de junho de 2021, às 10h30, por meio da plataforma de teleconferência Zoom. Tal encontro girava em torno da visita de Woody, personagem da

franquia cinematográfica *Toy Story*, ao Museu dos Brinquedos. Entre o público desta atividade contavam-se cerca de dez crianças, algumas das quais estavam acompanhadas por seus responsáveis.

Logo de início, foi exibido um curta de animação chamado *Garfinho foge de Woody*. Na sequência, Pedro e José, arte-educadores do Museu dos Brinquedos, apresentaram Vovó Luiza, a responsável pela coleção que deu origem ao acervo do Museu, narrando brevemente sua história e enfatizando seu encontro com Woody naquela ocasião em especial — o boneco solicitava a ajuda da matriarca para localizar Garfinho, brinquedo que fugira no decorrer do vídeo projetado.

A primeira atividade proposta ao público foi a busca por Garfinho e Buzz Lightyear nas instalações do Museu. Para tanto, a audiência teve acesso a supostas imagens do circuito interno de segurança nas quais deveriam procurar os referidos brinquedos. Logo após, as crianças foram convidadas a brincar de jogo da força, no qual as palavras a serem descobertas eram nomes de alguns dos personagens de *Toy Story*. Ao longo desta atividade, verificou-se a atenção e o cuidado dispensados pelos arte-educadores àquelas crianças que ainda não dominavam a leitura e a escrita. Não obstante as limitações desta natureza, a participação do público foi bastante expressiva, a ponto de as crianças interagirem não só com os proponentes do jogo, mas também entre si.

Num segundo momento, tomando a história de Garfinho como pano de fundo, os educadores incentivaram as crianças a imaginar um brinquedo a partir de um objeto presente em suas próprias casas: um garfo. Após compartilhar as habilidades de seus novos brinquedos, o público foi convidado a retomar a busca por Garfinho e Buzz Lightyear.

Descoberto o paradeiro dos amigos de Woody, os arte-educadores orientaram o público a acessar o canal do Museu dos Brinquedos no YouTube para acompanhar a oficina que havia sido preparada com o objetivo de ensinar a transformar um garfo em brinquedo. Finalmente, os personagens localizados ao longo das brincadeiras foram levados até Vovó Luiza, encerrando assim, cerca de 1h após seu início, o *Encontro Brincante* daquela manhã de quarta-feira.

Desde o início da atividade, e durante todas as brincadeiras desenvolvidas, os educadores procuraram chamar a atenção para as histórias por trás de cada brinquedo apresentado, prática intimamente relacionada com “a perspectiva de que os brinquedos contam história e [...] são fontes históricas” (MUSEU DOS BRINQUEDOS, [s.d.], n.p.), o que nos permite entrever o museu em sua dimensão educativa, comprometido que é com

a aprendizagem, com a valorização da memória e com o acolhimento das brincadeiras cotidianas das crianças.

Outro aspecto importante observado durante o *Encontro Brincante* foi o incentivo, a par da narrativa sobre o Garfinho de *Toy Story*, à utilização de materiais não estruturados e/ou recicláveis para a construção de novos brinquedos, o que possibilita que as crianças não só exercitem sua imaginação e criatividade, mas também desenvolvam, por meio da reutilização e reciclagem de materiais, sua consciência ambiental.

Mesmo diante do distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, verifica-se que as ações de educação não formal realizadas no âmbito do Museu dos Brinquedos têm resistido às contrariedades desta situação atípica, bem como têm garantido, por meio da promoção do direito ao brincar, o direito à infância das crianças mineiras, mais imediatamente, mas também de todas aquelas que, Brasil afora, puderam entrar em contato com o Museu, suas práticas e acervo graças às atividades remotas desenvolvidas por este em virtude da interrupção de seu funcionamento presencial.

Por meio de seu *Encontro Brincante*, o Museu dos Brinquedos logra criar um espaço de espontaneidade e leveza, oportunizando a interação social e o estímulo à imaginação e criatividade infantis, chegando mesmo a permitir que as crianças se furtem, ainda que momentaneamente, ao desgaste emocional e psicológico que têm experimentado em decorrência da privação de convívio com seus pares. Numa tal reunião virtual, é permitido não só ser criança, mas sobretudo estar entre crianças.

Enfim, no tocante à atividade descrita, cabe destacar o papel fundamental desempenhado pelos educadores, cujas ações demonstram a compreensão de que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2018, p. 24, grifos do autor). Pedro e José, arte-educadores do Museu dos Brinquedos, são os responsáveis por promover a imersão do público nas atividades propostas, transportando-o a outras realidades possíveis.

## OS ANFITRIÕES DA BRINCADEIRA

Em entrevista realizada na tarde de 07 de julho de 2021 por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a equipe do Museu dos Brinquedos, formada por Pedro e José, arte-educadores, e Ana, coordenadora da instituição, elucidou alguns aspectos fundamentais para a compreensão das práticas desenvolvidas pelo espaço. A seguir

destacam-se os pontos mais relevantes deste encontro, cuja duração foi de aproximadamente 35 minutos.<sup>1</sup>

Após discorrer livremente acerca do Museu, contemplando questões desde sua origem até a reestruturação e resistência impostas pela situação pandêmica, a equipe foi questionada a respeito da manutenção das atividades remotas após a reabertura, posto que estas foram desenvolvidas alternativamente àquelas que tinham lugar antes da interrupção do funcionamento presencial do espaço. Dentre as inúmeras considerações tecidas em relação a este tópico, nos chamou especial atenção uma das falas da coordenadora:

Fora a democratização da cultura, né gente? Eu acho que o maior benefício das redes sociais e das ferramentas digitais é... De uma forma geral, né, é... É democratizar cultura, é levar a cultura e a educação às casas, às famílias que às vezes não têm condição de vir nos visitar, porque existe, apesar dos... De vários programas de descontos e tudo mais que a gente faz, mas existe o valor de entrada pras pessoas acessarem o Museu, e no *online* é tudo gratuito. Então, qualquer pessoa, qualquer família vai ter acesso ao nosso conteúdo (ANA, coordenadora do Museu).

Num tal entendimento sobre a questão subjaz o compromisso assumido pelo Museu dos Brinquedos com a democratização social e cultural, somente por meio das quais é possível projetar a superação da elitização dos espaços culturais típica de um país cujas mais recentes ações governamentais têm sido de sucateamento e abandono da cultura.

Na sequência, ao tratarmos da possibilidade de os brinquedos promoverem o direito à infância ou serem empregados com vistas a tal fim, nova fala da coordenadora destacou-se:

O brincar, ele é um ato educacional, ele não é um ato só de lazer. O lazer na verdade é o que desperta, né? A criança vai procurar o brinquedo para lazer, mas ele é um ato educacional, ele ajuda a desenvolver habilidades comportamentais, cognitivas na criança, né? É... De socialização, de entender qual que é o seu papel na família, nos seus contextos, né. Na família, na sociedade, na escola, enfim... E sem contar que o brincar, ele traz toda uma referência

<sup>1</sup> Nomes fictícios adotados para preservar a identidade dos sujeitos. Ressaltamos que recebemos a anuência do Museu para a realização desta pesquisa.

histórica da evolução da humanidade, né? Através dos brinquedos, e aí vem a importância dos museus. É através dos brinquedos que a criança consegue se identificar dentro de um, de um... De algo mais macro, né? Do mundo como um todo, é... Na evolução mesmo da sociedade, de tudo que caminhou até que a gente chegasse onde a gente chegou (ANA, coordenadora do Museu).

Em suas colocações, Ana recupera a dimensão educativa do brincar e, conseqüentemente, do brinquedo. As ideias que apresenta a este respeito como que sintetizam aquelas de Silva e Sarmiento (2017, p. 42), segundo as quais

[...] o brincar está profundamente ligado à aprendizagem, principalmente nos primeiros anos de vida, e é através dos brinquedos e das brincadeiras que a criança descobre o seu papel no mundo. A brincadeira traz vantagens sociais, afetivas e cognitivas para o desenvolvimento da criança, e é através da brincadeira que as crianças crescem, descobrem o mundo e, ao mesmo tempo, se revelam a si mesmas. Neste contexto, poderá dizer-se que os grupos de brincadeira são, para as crianças, poderosos mediadores de socialização.

Outro ponto importante na reflexão de Ana refere-se ao caráter histórico dos brinquedos que, elevados à condição de peça museológica, promovem o contato e a apropriação de uma história comum e coletiva como é a evolução da espécie e das sociedades humanas; levando os sujeitos à reflexão acerca das raízes temporais e culturais das práticas brincantes que fazem parte de seu cotidiano ainda hoje.

Retomando as questões sobre infância, perguntou-se que concepção desta orienta a elaboração das atividades realizadas pelo Museu, ao que Pedro, um dos arte-educadores, respondeu:

A gente tem dois focos nisso. Primeiro foco que a gente tem, que a gente usa muito e fala muito sobre é o de que a infância, ela não tem idade, né? É o ser brincante, é o brincar, o estar presente num espaço de brincadeira que não tem uma idade. Então, a gente fala que todas as pessoas que pisam no Museu se tornam crianças, independente de terem 1, 5, 10, 30, 45, 60, 100 anos, porque a gente quer passar esse ponto da valorização, principalmente voltado pra essa coisa de que você não precisa ser uma criança pra você brincar, você não precisa ser uma criança pra você se

permitir construir um brinquedo. Muitos pais que vêm, e é muito divertido assim, porque muitos pais que vêm, eles chegam todos duros, todos é... Tímidos, mas com esse processo que eles passam pelo acervo, pela estação dos brinquedos, eles saem daqui brincando, eles saem daqui, é... Com o coração quente porque eles percebem que brincar ainda é possível. Então, quando a gente fala dessa infância de que somos todos, né, crianças, de que não tem idade para ser criança, a gente tá falando dessa valorização do brincar e de principalmente as pessoas perceberem que ainda há tempo, de que você não precisa ser uma criança ou um adolescente para pegar num brinquedo, que tá tudo bem sobre isso (PEDRO, arte-educador).

Novamente pode-se entrever a dimensão histórica do brinquedo e das brincadeiras, uma vez que a visita ao acervo do Museu dos Brinquedos permite aos adultos recordar sua infância, despertando, ainda que temporariamente, sua criança interior. É nesse sentido que o espaço museológico promove a interpenetração mútua de diferentes tempos, oportunizando ricos processos de (re)construção das identidades individuais de seus visitantes.

Complementando a fala do arte-educador, Ana, coordenadora do Museu, acrescentou:

É, a gente encara a infância como um estado e não como uma temporalidade, né? É... A gente não demarca que a infância começa em tal idade e termina em tal idade [...]. Então, as provocações, elas acontecem com todos os visitantes de forma igualitária. Aqui a gente, é... Não sei se é pedagogicamente o certo, né? Eu costumo dizer que não existe certo e errado, acho que tudo depende muito de quem recebe e do contexto. Então, aqui a gente não divide muito as coisas, sabe? Tipo, essa brincadeira é pra uma criança de 02 anos, então a gente vai fazer só com crianças de 02 anos, essa é uma brincadeira de uma criança de dez. A gente não faz muito essa setorização por dois motivos: primeiro, porque a própria dinâmica do Museu não permite isso, a gente não sabe qual público que a gente vai receber, e a gente não conseguiria também ter equipes e espaços diferentes pra cada faixa etária. Então a gente tenta oferecer atividades que elas são, é... Bem coletivas, que elas abracem tanto as crianças menorzinhas, quanto as maiores. Claro que umas vão interagir de uma determinada forma, outras não, outras com um pouquinho mais de dificuldade, enfim. Mas a gente tenta fazer, propor

atividades que abracem todo mundo, a não ser que seja algo específico [...] (ANA, coordenadora do Museu).

Tais ponderações dão notícia do Museu enquanto espaço privilegiado de integração e interação entre gerações, uma vez que os sujeitos visitantes são igualmente convidados a tomar parte nas atividades lúdicas, sem que haja qualquer distinção em função de sua idade. Uma tal recepção do público reforça o compromisso da instituição com a democratização social e cultural, visto que busca promover a (re)apropriação daquilo que é comum a todos, isto é, a ludicidade. No Museu dos Brinquedos o ser criança é compreendido não como um estágio temporalmente limitado, mas como um estado de espírito.

Ao longo da entrevista a equipe foi questionada a respeito do processo de formação dos educadores do Museu. Destacamos aqui duas manifestações sobre este tópico:

Faz parte do processo seletivo a gente estar brincando e estar participando das brincadeiras, não pra saber quem sabe as brincadeiras e quem não sabe, mas pra conseguir mostrar mesmo que o Museu dos Brinquedos é um espaço em que a gente vai precisar estar brincando o tempo todo, assim. Então, passamos por muitos treinamentos, todos com profissionais qualificados (PEDRO, arte-educador).

Muitas brincadeiras a gente aprendeu brincando junto, né? Acho que não é só falar “faça essa brincadeira”, a gente tem que brincar junto porque é isso que a gente valoriza: a brincadeira, o brincar. Então, não tem como “Ah, brincar é só coisa de criança” não, a gente tá aqui pra gente aprender a brincar, a gente tem que tá brincando junto um com o outro, né? (JOSÉ, arte-educador).

É interessante notar que as brincadeiras constituem um eixo tão fundamentalmente estruturante do Museu dos Brinquedos e suas práticas que chegam mesmo a figurar nos processos seletivos da instituição. Além disso, há que se mencionar o propósito de promover uma interação horizontal entre o público e os arte-educadores, de modo que estes se façam perceber não como proponentes absolutos das atividades, mas como participantes que nelas se envolvem genuína e espontaneamente.

No último bloco da entrevista, a equipe teceu comentários quanto à oficina de construção de brinquedos, atividade desenvolvida como parte da visita ao Museu. Cada um dos sujeitos ofereceu proveitosas contribuições em relação à questão, dentre as quais salientamos:

A oficina é uma das partes, né, aqui da nossa visitação, e sempre nas visitas alguma criança pergunta «Ah, pode pegar nos brinquedos? Pode levar pra casa?», né? Então, essa oficina serve também pra suprir um pouco dessa vontade da criança levar um pedacinho do Museu, né? Também trabalha muito a autonomia da criança, né? De ela que vai construir o próprio brinquedo, então vai ter muito mais significado. Não é ela simplesmente pegar o Pinóquio que tá lá na exposição, que ela não sabe diretamente a história, como foi construído. A oficina ela que construiu, ela que sabe a história daquele brinquedo, ela que vai construir a história daquele brinquedo, né? Então, a oficina, ela parte muito dessa autonomia que a gente vai dar pra criança de criar o próprio brinquedo. E na oficina todo mundo sai com brinquedo diferente, né? Se fosse igual esses eventos infantis que todo mundo ganha o mesmo brinquedo não ia fazer diferença, né? Agora como a criança, ela cria o próprio brinquedo, então cada brinquedo ali vai sair com uma história diferente (JOSÉ, arte-educador).

A fala de José ressalta, mais uma vez, a dimensão histórica do brinquedo e os significados a ela subjacentes. À medida que a criança cria seu próprio brinquedo ao longo da oficina, cria também a história deste objeto, impregnando-o com sentidos que são atravessados por suas singularidades e idiossincrasias. Aquilo que é particular a cada criança se materializa através de um brinquedo que torna palpável não só sua capacidade criativa, mas também a lembrança de suas experiências durante a visitação ao Museu dos Brinquedos. Além disso, a autonomia que uma tal atividade confere à criança permite que esta assuma uma postura ativa face ao brinquedo, distinta daquela que se observa quando o objeto, dotado de inúmeras funcionalidades, reduz a criança à posição de espectador passivo, usurpando sua condição natural de sujeito da brincadeira.

[...] E a gente tem adotado, desde 2019, uma modalidade de oficina criativa onde a criança faz o que ela quiser. A gente dá um *insight*, normalmente a gente faz uma pequena introdução antes, uma provocação sobre determinado tema, disponibiliza vários materiais. A gente usa muitos materiais alternativos, recicláveis, né? Rolinho de papel higiênico, copinho, resto de barbante, fita, pá pá pá, palito, e aí em cima daquela provocação a criança faz a arte que ela quiser, ela monta o brinquedo que ela quiser. Aí sai um robô, sai um super-herói, sai uma casinha, sai uma flor, cada... (risos). E é muito legal, né? Igual o José falou,



a valorização da individualidade da criança, né? O quê que ela entende como brinquedo, o quê que ela vê naquele material que pode ser reaproveitado, a autonomia dela poder fazer do jeito dela, né, com as implicações dela, de acordo com a idade dela, enfim... (ANA, coordenadora do Museu)

Por sua vez, Ana chama a atenção para uma modalidade mais recente de oficina, na qual as crianças são estimuladas a dar livre curso à imaginação, valendo-se de materiais não estruturados e recicláveis para confeccionar objetos os mais variados. Ora, uma tal atividade, além de permitir que as crianças explorem sua criatividade através de um processo de reelaboração daquilo que compreendem como brinquedo, também promove a reflexão acerca das possibilidades de reutilização de materiais que, noutras circunstâncias, seriam descartados.

A oportunidade de despertar e desenvolver, especialmente nas crianças, uma consciência atenta às questões ambientais aponta para a responsabilidade social da instituição, efetivada por ações características da educação não formal.

E aí a gente acaba aprendendo muita coisa também, né? Porque igual a Ana falou, a gente dá um direcionamento, por exemplo: no dia vai ser a peteca, mas sempre sai uma coisa diferente que dá pra gente fazer na peteca que a gente não sabia, que a gente aprendeu com a criança e às vezes nem ela sabia fazer, mas com todo o estímulo que ela teve ali, ela fez. E pode virar uma técnica também pra poder enfeitar a peteca, os brinquedos que a gente constrói nas oficinas (JOSÉ, arte-educador).

Finalmente, José comenta aquele que é um dos traços distintivos da educação não formal: as trocas que permitem uma construção conjunta, “menos hierárquica e menos burocrática” (GADOTTI, 2005, p. 2) de conhecimentos. O que se confirma pela fala de Ana quando, num dado momento da entrevista, ela afirma “aprendemos muito todos os dias”.

## O LÚDICO E O PEDAGÓGICO

O documento *Tempo será - Histórias e memórias do brincar* apresenta o Programa de Ação Educativa do Museu dos Brinquedos. Tendo como público-alvo educadores e professores de grupos escolares que visitam o Museu, o Programa estabelece os objetivos da instituição e propõe

atividades a serem realizadas antes, durante e após a visita, com vistas a aprofundar os conhecimentos construídos no espaço museal por meio de sua vinculação às práticas desenvolvidas em sala de aula.

Para o momento anterior à visita são sugeridas duas atividades com o objetivo de favorecer a compreensão acerca da origem e organização não apenas do Museu dos Brinquedos, mas de qualquer outro espaço museológico. A primeira destas atividades diz respeito a uma sensibilização conceitual sobre as noções de colecionismo, memória e acervo; enquanto a segunda propõe a construção de um Coletivo de Memórias, reunião de objetos encontrados na própria escola que representem a memória coletiva da turma. Tal coleção passará a integrar o acervo do Museu, ao lado daquelas elaboradas por outros grupos de visitantes. A partir destas propostas é justo reconhecer o interesse do Museu dos Brinquedos em articular sua dimensão educativa àquela própria da educação formal, escolarizada, de modo que suas práticas a enriqueçam e sejam aprofundadas por ela.

Já no espaço do Museu, dentre todas as atividades desenvolvidas ao longo da visita, destacam-se a oficina de construção de brinquedos e o resgate de brincadeiras. Se a oficina busca estimular a autonomia, a criatividade e a imaginação infantil, propondo a criação de um brinquedo singular e original, o resgate de brincadeiras intenta recuperar manifestações culturais que no passado equalizavam adultos e crianças em cirandas, rodas, amarelinhas etc., permitindo-lhes exercer seu direito à cidade, à rua, ao espaço público. Promover brincadeiras tradicionais, muitas das quais sequer são conhecidas pelas crianças atualmente, incentiva a interação e as trocas sociais e desenvolve maior consciência corporal e senso de coletividade.

Por último, o Programa de Ação Educativa do Museu dos Brinquedos elenca diversas ações que podem ser realizadas após a visita, entre as quais há atividades que extrapolam os contextos museal e escolar, alcançando as relações familiares e de amizade dos visitantes; que encorajam a partilha de experiências entre pares; que convidam à construção de novos brinquedos e mesmo à reflexão sobre o futuro dos brinquedos e do brincar.

O documento que lança as bases da ação educativa desenvolvida pelo Museu dos Brinquedos oferece, como pudemos verificar, um testemunho contundente do compromisso assumido por esta instituição com a promoção de práticas de educação não formal que se coadunem com aquelas próprias da educação formal, às quais objetivam complementar.

Além disso, o texto institucional também nos dá notícia a respeito da concepção de infância que orienta o trabalho do Museu. Como a própria equipe salientou na ocasião de nossa entrevista, o Museu dos Brinquedos compreende a infância em termos de um estado atemporal, que não se pode limitar por questões geracionais ou de idade. Um segundo aspecto desta concepção, no entanto, parece-nos um tanto mais restrito temporalmente, qual seja, o de que a criança é, por direito, sujeito criador do brincar, do brinquedo e, não menos importante, do mundo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, as medidas de distanciamento impostas pela pandemia de COVID-19 desde março de 2020 alteraram profundamente os modos e os meios de interação social. Num tal cenário, não é de surpreender que a Educação tenha sido um dos campos mais dramaticamente afetados pelos protocolos de segurança sanitária adotados mundo afora. No entanto, os impactos de uma situação tão atípica não foram uniformes para todas as modalidades e níveis educacionais, ao contrário: enquanto as práticas de educação formal, amparadas por seu elevado grau de institucionalidade, reagiram com considerável rapidez e desenvoltura, muitas ações de educação não formal estagnaram, sitiadas por carências as mais diversas, desde infraestrutura a fomento para a manutenção de suas atividades.

Dentre os espaços não escolares comprometidos com a promoção de processos formativos, o Museu dos Brinquedos (Belo Horizonte, MG) foi um daqueles que demonstraram fôlego suficiente para superar as contrariedades do contexto pandêmico. Mais do que isso, o equipamento cultural logrou ampliar sua capilaridade, uma vez que a realização de atividades *online* permitiu que um público formado não só por conterrâneos, mas por crianças de todo o país, tivesse acesso, gratuitamente, ao acervo e às ações desenvolvidas pelo Museu.

A democratização do acesso a um espaço cujo público primordial são crianças, ainda que tenha se efetivado por intermédio de mídias digitais, suscita questões sobre a concepção de infância que orienta o trabalho da instituição, bem como acerca da garantia e promoção do direito à infância.

Compreendendo o direito à infância em termos de livre participação na vida cultural e artística e em jogos e atividades recreativas adequados à sua idade (UNICEF, 2019) ou, mais sucintamente, enquanto liberdade

de brincar e divertir-se (BRASIL, 2019), o Museu dos Brinquedos tem, por meio de suas ações virtuais, não apenas garantido e promovido um tal direito, mas igualmente viabilizado a interação das crianças com seus pares, feito notável e de suma importância num contexto em que o convívio reduziu-se drasticamente.

Finalmente, cabe um breve comentário em relação à concepção de infância que rege as práticas da instituição mineira. O Museu dos Brinquedos orienta-se por noções que acolhem a infância de todos os tempos, passado e presente, mas sobretudo confere às crianças de hoje a condição de sujeito que lhes é de direito face ao brincar, ao brinquedo e ao mundo.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª edição. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CAGLIARI, A. Z.; ZUCOLOTTI, A. M. Diálogos entre museu e escola: relações possíveis no cenário de pesquisa atual. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira (CAP-UERJ)**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 18, p. 47-58, Maio-Agosto, 2019.

CORSINO, P. Pensando a infância e o direito de brincar. **Jogos e brincadeiras**: desafios e descobertas. 2ª edição. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: TV Escola (ano XVIII, boletim 07), maio de 2008, p. 12-24.

CURY, M. X. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. **Ensino Em Re-Vista**. Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 13-28, jan./jun. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 57ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: IDE, 2005, p. 01-11.

GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

MUSEU DOS BRINQUEDOS. **História**. Belo Horizonte: Museu dos Brinquedos, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.museudosbrinquedos.org.br/museu>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Tempo será - Histórias e memórias do brincar**. Belo Horizonte: Museu dos Brinquedos, [s.d.]. Disponível em: <[http://museudosbrinquedos.org.br/2014/wp/wp-content/uploads/2014/06/professores\\_programa-de-acao-educativa-do-museu-dos-brinquedos.pdf](http://museudosbrinquedos.org.br/2014/wp/wp-content/uploads/2014/06/professores_programa-de-acao-educativa-do-museu-dos-brinquedos.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2021.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A Construção Social do Conceito de Infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-18, jan./jun. 2008.

PACHECO, R. A. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 63-81, jul./dez. 2012.

SARMENTO, M. J.; TOMÁS, C. A infância é um direito? **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, Número temático - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais, p. 15-30, 2020.

SILVA, M. C.; SARMENTO, T. O brincar na infância é um assunto sério... In: SARMENTO, T.; FERREIRA, F. I.; MADEIRA, R. (Orgs.) **Brincar e aprender na infância**. Portugal: Porto Editora, 2017. cap. II, p. 39-56.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos**. Edição revista. Portugal: Comité Português para a UNICEF,

2019. Disponível em: <[https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVESP TV. **Educação em Espaços Não-Formais**. Educação não formal: conceitos e histórico. São Paulo: UNIVESP TV, 2021. 1 vídeo (17min02s). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=8iFgDv1jN\\_U&ab\\_channel=UNIVESP](https://www.youtube.com/watch?v=8iFgDv1jN_U&ab_channel=UNIVESP)>. Acesso em: 27 jul. 2021.